

Equipe N° 12

MEMORIAL

CÓPIA ADICIONAL

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

COMUNIDADE RURAL DE CANDELA

vs.

FEDERAÇÃO DE CLONALIA

(Caso No. 042114/RLJ/0415 - Corte Interamericana de Direitos Humanos)

MEMORIAL

FEDERAÇÃO DA CLONALIA

2015

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	IV
ÍNDICE DE AUTORIDADES	V
JURISPRUDÊNCIA	V
DOCTRINA	V
DECLARAÇÃO DOS FATOS	06
ADMISSIBILIDADE	09
MÉRITO	09
1. A Federação de Clonalia, o compromisso com o controle na emissão de GHGs e os impactos ambientais	09
2. A Federação de Clonalia forneceu as devidas garantias e proteções judiciais.....	11
3. A Federação de Clonalia não violou o direito à informação	13
4. A Federação de Clonalia e o desenvolvimento sustentável, valorizando as gerações atuais e futuras	14
REPARAÇÕES PERTINENTES AO ESTADO	16

LISTA DE ABREVIATURAS

G2C2	Grupo de Mudanças Climáticas Globais
CCA	Climate Change Action
MEC	Ministério do Meio Ambiente da Colômbia
MRE	Ministério das Relações Exteriores
CNE	Comitê Nacional de Especialistas
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
GHGS	Gases de Efeito Estufa
ART.	Artigo

ÍNDICE DE AUTORIDADES

JURISPRUDÊNCIA

¹ Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Princípio 4.

² CtIDH, Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala, 25/05/2010, Série C, No. 212, § 190.

³ CtIDH, Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai, 24/08/2010, Série C, No. 214, § 186

⁴ CtIDH, CtIDH, Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai, 17/06/2005, Série C, No. 125, § 161

⁵ Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai, 24/08/2010, Série C, No. 214, § 187.

DOCTRINA

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Método, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos humanos**. 7ª es. São Paulo, Editora Saraiva, 2014.

DECLARAÇÃO DOS FATOS

1. O Estado de Marsili é uma República Democrática, independente e centralizada, cuja emancipação foi conquistada em 1967 mediante um referendo, pelo qual seus habitantes declararam independência da Federação de Clonalia.
2. A República de Marsili está localizada no Oceano Pacífico, sendo composta por 16 atóis e uma ilha principal nomeada de Theodore. É um país pequeno, que, segundo dados oficiais, tem uma área de 358 quilômetros quadrados (km²), contando com uma população de aproximadamente 317.230 habitantes. O país apresenta níveis elevados de pobreza para os padrões internacionais.
3. A República de Marsili vem sofrendo contínuas catástrofes naturais, principalmente na Comunidade Rural de Candela, situada na região Norte da Ilha de Theodore. Tais catástrofes são decorrentes do grande desfavorecimento geográfico (o país com a menor altura com relação ao nível do mar; formações vulcânicas ao seu redor; clima hostil com a predominância de ventos fortes e chuvas constantes) e de atividades antropogênicas ligadas à emissão de gases poluentes. O Estado de Marsili ratificou diversos tratados com o compromisso de reduzir a emissão de gases que agravam o efeito estufa.
4. Em 1988, as Nações Unidas criaram o Grupo de Mudanças Climáticas Globais (G2C2), cujo objetivo era fornecer avaliações científicas para a comunidade internacional sobre os impactos das mudanças climáticas a fim de elaborar políticas públicas e estratégias legais para a solução dos problemas ambientais. O G2C2 emitiu número expressivo de relatórios que comprovam o acontecimento do fenômeno das mudanças climáticas, tendo estimado um crescimento acelerado desses fenômenos, prevendo então grandes catástrofes ambientais.

5. A previsão previamente aludida se concretizou e a Ilha sofreu 47 desastres naturais, abrangendo inundações, deslizamentos de terras, furacões, tufões e aumento do nível de chuvas. Todos esses eventos ocasionaram várias consequências, dentre elas a perda de território, deixando grande parte da população em condições precárias.
6. A Federação de Clonalia, país continental mais próximo do Estado de Marsili, tem sido uma emissora histórica de gases do efeito estufa, sendo que 76% destas emissões são provenientes de fontes fixas, tais como indústrias e companhias que geram energia a partir do carvão.
7. Toda a energia elétrica da Federação de Clonalia é gerada a partir da queima do carvão, ocasionando possíveis impactos ambientais. Em 2009, insatisfeitos com essa situação problemática, cinco Estados da Federação de Clonalia, conjuntamente com a CCA (*Climate Change Action*), moveram uma ação judicial contra o MEC (órgão governamental responsável pela proteção ambiental), a qual foi julgada improcedente em todos os tribunais de primeira instância. Em 2011 a Corte Suprema de Clonalia também declarou indeferida esta demanda judicial.
8. Paralelamente a este processo judicial, movido em 2009, a Federação de Clonalia começou atividades de exploração de petróleo na região costeira do país por meio de sua companhia pública, localizadas em áreas de exploração econômica exclusiva do país. Em 2011 as maiores reservas de petróleo encontradas nessa área costeira (denominadas “Square”) permitiriam ao país atingir a independência de energia e começar a exportar quase 4 milhões de barris por ano.
9. Em 2011, a CCA decidiu representar as 52 famílias, na comunidade rural de Candela, no seu esforço para encontrar uma solução legal a respeito da crise ambiental em Theodore.

10. Em 2013, um grupo de 23 famílias da comunidade rural de Candela viajou de bote, desde a República do Marsili à Federação de Clonalia, tendo ingressado no país de maneira irregular, isto é, sem o devido registro de imigração, permanecendo de maneira ilegal por um período razoável de tempo (quase um ano).
11. Em 13 de abril de 2014, os migrantes estavam morando numa situação irregular e apresentaram uma petição para reconhecimento de seu *status* como refugiados ambientais. O MRE (Ministério das Relações Exteriores), no exercício de seu mister, analisou a petição e concluiu que os assuntos ambientais não podem ou devem ser misturados com as questões de migração.
12. Em 5 de março de 2014, o MRE ordenou a detenção das famílias que insistiam em permanecer de maneira irregular no território da Federação de Clonalia. Após receber informações sobre o mandado pela imprensa, parte das famílias se refugiou na Embaixada da República do Marsili, na Clonalia, enquanto outras famílias fugiram com destino ignorado. Posteriormente, metade dos fugitivos foram capturados e levados a prisão temporária, enquanto começaram os processos de deportação.
13. Em 9 de maio de 2014 foi criado pelo Presidente da Clonalia o Comitê Nacional de Especialistas (CNE), com o objetivo de buscar subsídios que justifiquem possíveis relações entre assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental. Em 7 de julho de 2014, o Comitê entregou sua proposta ao MRE. Foi então informado pelo Ministério que o Comitê se declarou favorável aos argumentos utilizados pela Federação de Clonalia.
14. Devido ao esgotamento dos remédios administrativos e judiciais, a CCA decidiu se apresentar perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) em nome dos membros da Comunidade Rural de Candela. Dita ONG argumentou em sua petição que a Federação de Clonalia violou os direitos humanos tanto das famílias que

estavam no seu território quanto daquelas que ainda permaneciam na Estado de Marsili.

15. A Comissão responsável declarou a admissibilidade do caso a fim de examinar as alegadas violações. E, adicionalmente, solicitou à Federação de Clonalia que alterasse suas leis para estabelecer uma política de assistência mais adequada. Em 17 de dezembro de 2014, esta Comissão de admissibilidade decidiu submeter o caso para a CIDH. A Corte determinou que será realizada uma audiência pública em março de 2015 para analisar os pontos e argumentos que a Corte deverá considerar na sua sentença.

ADMISSIBILIDADE

16. A Federação de Clonalia reconhece a admissibilidade deste caso pela CIDH, na forma dos Arts. 62.3 e 46(a) da CADH, bem como reconhece a renúncia à interposição de exceções preliminares. O Estado não possui qualquer objeção aos critérios de admissibilidade. Cabe à Clonalia, em sua contestação, analisar as questões de mérito do caso.

MÉRITO

1. A Federação de Clonalia, o compromisso com o controle na emissão de GHGs e os impactos ambientais.

A comunidade rural de Candela, em sua petição, quis imputar à Federação de Clonalia toda a responsabilidade internacional pelo risco oferecido à vida e à integridade de seus habitantes. Essa acusação foi proveniente do fato de Clonalia ser a maior emissora de GHGs do mundo, e, de acordo com o G2C2, estes gases são a principal causa dos impactos causados na comunidade rural de Candela. Entretanto, é notório evidenciar que o fato de Clonalia ser a maior emissora não significa ser a única, não excluindo a parcela de culpa da comunidade internacional, tornando assim a responsabilidade da Federação de Clonalia apenas parcial.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste¹. Ressalta-se, como alude a jurisprudência, o comprometimento que o Estado teve, mesmo não tendo ratificado o Protocolo de Kyoto, em reduzir aproximadamente 15% das emissões. Sendo este percentual quase o triplo do valor estabelecido pelo protocolo, que foi de 5%.

É importante destacar que a Comunidade Rural de Candela, ao tentar culpar a Federação de Clonalia pelas catástrofes naturais derivadas de impactos ambientais, faz isso de forma equivocada. Não só pelo fato de que os eventos citados são provenientes de emissões globais, não exclusivas de uma nação, mas também pelo fator geográfico totalmente desfavorável à toda a República de Marsili, na qual está situada a Comunidade Rural de Candela. Desfrutando do título de país mais baixo do mundo em relação ao nível do mar, o Estado de Marsili também possui um clima hostil, de ventos avassaladores e chuvas constantes. Além do que, existem diversas formações vulcânicas ao seu redor.

¹ Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Princípio

São esses fatores que proporcionam um grande risco ao Estado, deixando-o vulnerável a catástrofes naturais.

Conferindo embasamento a tudo o que foi citado, o G2C2 divulgou dados nos quais constavam ser Marsili o país mais vulnerável aos efeitos do aumento do nível do mar, além de divulgarem uma previsão na qual constava que em 2025 o país estaria totalmente submerso. Isso inequivocamente prova que a Comunidade Rural de Candela, durante sua tentativa de responsabilizar alguém pelos fatos ocorridos, não teve o cuidado de ponderar que todos esses fatores poderiam ser derivados de um vício redibitório, de um defeito oculto, que já veio implícito na própria ilha, e que não cabe ser apontado a ninguém.

2. A Federação de Clonalia forneceu as devidas garantias e proteções judiciais.

A CIDH estabeleceu que o Estado tem a obrigação de fornecer meios judiciais eficazes para as pessoas que alegam ser vítimas de violações dos direitos humanos (Art. 25). No caso, os remédios devem ser propostos em conformidade com as normas legais do devido processo (art. 8º, § 1º), sendo cada um deles no âmbito da obrigação geral, a cargo dos Estados, para garantir o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos pela Convenção a cada pessoa encontrada sob a sua jurisdição.²

A CCA, no seu documento peticional, afirmou, de maneira não embasada, que o Estado de Clonalia violou os Arts. 8º e 25 da CADH, não oferecendo garantias ou proteções judiciais aos migrantes ilegais. Ora, tal fato não pode ser verdade, uma vez que os indivíduos nem chegaram a apresentar seu pleito de forma legítima perante a justiça do Estado, simplesmente por falta de requisitos de matéria

² CtIDH, Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala, 25/05/2010, Série C, No. 212, § 190.

processual, por falhas de técnica jurídica por parte dos impetrantes, já que matérias de relações exteriores não se misturam com matérias ambientais. O Estado garante que, caso houvesse um ajuizamento de ação de acordo com o teor processual legítimo, não teria havido motivo para desconsideração da peça, e tal caso teria sido devidamente analisado.

Foi dito também que nosso Estado lesionou os Arts. 22.7 e 22.8, que dizem respeito à violação do direito de circulação e residência. Mais uma vez, cabe à defesa esclarecer os fatos de maneira coerente, assim como explicar tal ausência de subsunção nas violações apontadas para com os fatos ocorridos. O Art. 22.7 diz que todos têm direito de receber asilo em território estrangeiro; é verdade, porém, que só é aplicado àqueles que sofrem perseguição por delitos políticos, o que não se enquadra no caso de nossos migrantes irregulares.

É dito também, no art.22.8, que nenhum estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde tenha seus direitos basilares postos em risco em virtude de discriminação por raça, nacionalidade, religião, condição social ou opinião pública. Está claro novamente, até para o mais leigo dos juristas, que tal artigo não se aplica às partes presentes no caso.

É notória a atitude desesperada dos impetrantes em tentar confundir a defesa, pensando, erroneamente, que nós não saberíamos um conceito tão simples como o significado do termo condição social. Decidiram, então, arriscar e ir adiante com tal tentativa. Porém, a condição social é inerente à situação educacional, cultural

ou até econômica do indivíduo, em meio ao seu grupo social. E não diz respeito, como deve pensar a acusação, à situação física na qual se encontra um país.

3. A Federação de Clonalia não violou o direito à informação.

A CCA afirmou que houve a violação do Art. 13 da CADH, referente à liberdade de expressão, pensamento e informação. Essa informação foi proveniente do fato de que o MRE reteve a decisão proferida pela CNE, não a divulgando para a imprensa e, conseqüentemente, a população. Mas afirmou serem estas favoráveis às decisões já tomadas pelo Estado.

A Federação de Clonalia, no entanto, por meio de seu órgão de relações exteriores, agiu sob ótica do referente artigo, baseado em uma exceção situada no Art. 13.2.b, que aparentemente foi ignorada pela acusação. Neste parágrafo segundo, alínea “b”, afirma-se que este direito não pode estar sujeito à censura prévia, salvo para assegurar: a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

Logo, percebe-se claramente que há legalidade na ação estatal. Ora, se a justificativa dada para tal omissão temporária foi justamente esta, o risco que corria a população civil e a estabilidade social, devido à grande tensão diplomática do momento, pode-se concluir que não só foi uma ação legal por parte da Federação de Clonalia, como foi um ato prudente, visando a proteção da sua nação.

4. A Federação de Clonalia e o desenvolvimento sustentável, valorizando as gerações atuais e futuras.

A Comunidade Rural de Candela, por meio de seus representantes legais (CCA), ajuizou uma ação perante a CIDH afirmando que o Estado de Clonalia violou os Arts. 4º, 5º, 21 e 26 da CADH, assim como o Art. 11 do Protocolo de San Salvador. Artigos estes referentes à vida, à integridade da pessoa, à propriedade privada, ao desenvolvimento progressivo e ao meio ambiente saudável, devido ao fato de o Estado ter sido um dos emissores históricos de gases de efeito estufa, e estar entre os maiores poluidores na atualidade. Isso tudo na tentativa de responsabilizar Clonalia pelos impactos ambientais na República de Marsili.

A Federação de Clonalia trabalhou fortemente na questão do desenvolvimento sustentável, reduzindo suas emissões em aproximadamente 15%, o triplo do estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, como foi dito anteriormente. Sabe-se também que o Estado vem investindo fortemente em suas áreas exclusivas de exploração petrolífera, tendo descoberto grandes reservas de petróleo, denominadas de “Square”. Essas reservas irão proporcionar não só a independência energética do país e permitir a exportação de petróleo, mas também a utilização de fontes alternativas de energia, diversificando a matriz energética e, consequentemente, diminuindo os níveis de poluição.

É importante salientar que, de acordo com os princípios 1º, 2º, 3º e 25 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Estado não lesionou diretamente quaisquer dos direitos alegados. Isso porque ao investir

na diversificação, a Federação de Clonalia reduziu drasticamente os impactos causados nas regiões vizinhas.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos indicou que o direito à vida é um direito fundamental da pessoa humana, cuja fruição integral é um pré-requisito para a fruição de todos os demais direitos humanos. Se não for respeitado, todos os direitos são totalmente sem sentido. Em razão da natureza, não são admissíveis as abordagens restritivas da vida humana.³

O Estado não violou o direito à vida e à integridade dos indivíduos, pois é preciso analisar o direito à vida de uma forma expansiva^{4,5}. A interpretação extensiva admite dois sentidos relacionados ao direito à vida. O sentido negativo está ligado ao direito de todo ser humano de não ser privado de sua vida arbitrariamente, enquanto que o positivo traduz o entendimento de que todo ser humano não pode ser privado de condições necessárias para uma vida digna.

Então concluímos que, ao desenvolver a economia do país, o Estado de Clonalia gerou milhares de empregos em toda a região, inclusive para os cidadãos de Marsili. E, como se sabe, o trabalho está diretamente ligado à dignidade do ser humano, logo, pode-se então afirmar que fornecendo dignidade à vida desses cidadãos, que vivem em uma região de extrema pobreza, o Estado não estaria violando sua integridade ou vida.

Jamais poderia também, ao estimular a economia dos Estados da região e empregar um número grande de pessoas, violar direito ao desenvolvimento progressivo e à propriedade privada. Sabe-se que a partir do salário adquirido os

³CtIDH, Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai, 24/08/2010, Série C, No. 214, § 186

⁴ CtIDH, CtIDH, Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai, 17/06/2005, Série C, No. 125, § 161

⁵ Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai, 24/08/2010, Série C, No. 214, § 187.

trabalhadores poderiam sair da condição de miséria e passar investir em suas propriedades. E proveniente das grandes exportações e aumento do fluxo de consumo no mercado, o desenvolvimento foi consequentemente estimulado, considerando injeção abundante de capital e procura de produtos no mercado.

REPARAÇÕES PERTINENTES AO ESTADO

O Estado se compromete em fazer as seguintes reparações:

- a) Fornecer assistência às vítimas, não só da Comunidade Rural de Candela, mas também de toda a população da República do Marsili, conferindo-lhes recursos provenientes do lucro que a Federação de Clonalia terá com a indústria de petróleo, sendo tais recursos fixados em 20% de toda a arrecadação;
- b) Diante da escassez de legislação adequada, de recomendações da Comissão e da recorrência no acontecimento de catástrofes ambientais, a Federação de Clonalia assume o compromisso de criar uma legislação em conformidade com as necessidades ambientais. Para tal tarefa, o Estado criará uma Comissão, formada por especialistas, para entregar uma proposta de legislação até o ano de 2017, fazendo com que entre imediatamente em vigor; e
- c) Em solidariedade com todos os eventos ocorridos na República de Marsili, a Federação de Clonalia se compromete a conceder nacionalidade aos cidadãos de Marsili que já residem em Clonalia, assim como legalizar todos os que se encontram em situação irregular.